



A face interlocutiva dos documentos escolares individuais

Glória de Fátima Pinotti de Assumpção

Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Rodovia Araraquara-Jaú, Km 1, 14800-901, Araraquara, São Paulo, Brasil. E-mail: gloriapinotti@terra.com.br

RESUMO. O presente artigo tem por objetivo apresentar a face interlocutiva dos documentos escolares individuais no âmbito da Socioterminologia (Gaudin, 1993), da interlocução (Ducrot, 1987), da Teoria Comunicativa da Terminologia (Cabré, 1999), do Discurso (Maingueneau, 2001). Formamos as instâncias hierárquicas no sistema educacional brasileiro em relação ao espaço temporal entre as LDB 5.692/1971, LDB 9.394/1996 e a legislação complementar. As análises pautam-se na Abordagem Terminológico-Discursiva (ATD) por meio da qual termos são discursos mandatários, reproduzidos em ambientes de situações de trabalho, em textos injuntivos, cujos gêneros textuais no domínio pesquisado, assemelham-se ao controle de ações, providências, modos de elaboração e execução e de interlocutores de uma comunidade de especialistas em seus postos de trabalho. Por meio dessa pesquisa, reconhecemos as principais características que subjazem à formação dessa terminologia, à interlocução textual e aos aspectos morfosintáticos e léxico-semânticos. Concluímos que essas interlocuções acontecem nos diferentes níveis da hierarquia institucional; por meio de textos escritos; são reproduzidas em diferentes instâncias dos documentos legais e por diferentes interlocutores. Os termos se concretizam via gêneros textuais num contexto sócio histórico situado; são reproduzidos como registro social e político, no qual os locutores se fazem presentes na interlocução textual de maneira não presencial, ou seja, sem que haja interações face a face o termo é resultado de uma construção entre locutor e interlocutores. E, por fim, há também a formação de rede semântica em torno de um termo base acrescentando novas denotações. Este artigo tem origem na pesquisa intitulada ‘Perfil da Terminologia dos Documentos Escolares Individuais’.

Palavra-chave: interlocução textual; textos especializados; terminologia, Abordagem Terminológico-Discursiva (ATD).

The interlocutive face of personal academic documents

ABSTRACT. This paper analyzes the interlocutive face of personal academic documents within the scope of Gaudin’s Socioterminology (1993), the Ducrot’s interlocution (1987), the Cabré’s Communicative Theory of Terminology (1999) and Maingueneau’s Discourse (2001). We form the hierarchical degrees in the Brazilian Educational System in relation to the temporal space in the scope of Guidelines and Bases of National Education LDB 5692/1971 and 9394/1996 and the complementary laws. The analysis of these terms in their usage context are based on the Terminological and Discursive Approach (ATD) through which terms are mandatory discourses, reproduced in environments of the work situations, with injunctive texts, whose textual genres in the researched domain, resemble the control of actions, measures, and modes of elaboration and execution and of interlocutors of a community of specialists in their workstations. Through this research, we recognize the main characteristics that underlie the formation of this terminology, the textual interlocution the morphosyntactic and lexical-semantic aspects. We concluded that the interlocution take place at different hierarchy institutional levels; through written texts, they are reproduced in different instances of legal documents and by different interlocutors. The terms are concretized by textual genres in a situated socio-historical context; in discourses as a social and political record, in which the speakers are present in the textual interlocution in a non-face-to-face way, that is, without there being face-to-face the term is the result of a construction between speaker and interlocutors. At least, also there is formation of a semantic network around a base term adding news denotations. This paper is part of the research entitled ‘The Terminology Profile of Personal Academic Documents’.

Keywords: textual interlocution; specialized texts; terminology; Terminological-Discursive Approach (ATD).

Received on April 01, 2023.
Accepted on March 25, 2024.

Introdução

A atividade profissional, dada a sua especificidade, nem sempre conta com glossários ou dicionários especializados que venham a contribuir para a compreensão da terminologia nas áreas técnica e científica.

Isto ocorre por vários fatores. Um deles é justamente porque se trata de linguagem especializada, cujos textos costumam estar fundamentados na disciplina Terminologia, pouco conhecida entre usuários da língua geral; o outro por requerer de seus usuários, profissionais consultantes e especialistas conhecimento aprofundado acerca do funcionamento do sistema que subjaz diferentes aspectos da formação do termo, de certa forma, base para a geração de documentos, prescritos organizacionais, normas, formulários, tradução, entre outros.

No caso dos documentos escolares individuais bem que se pode preparar um dicionário a partir de sua terminologia e disponibilizá-lo digitalmente ou por meio físico, mas apenas configurar os seus verbetes e conceitos, talvez, não fosse o suficiente para a preparação desses documentos e sua compreensão. Como surgem, qual tipologia textual e com quais outros elementos se relacionam são fatores de análise no âmbito da Terminologia, justificando termos, emprego, significado, origem, enfim, um processo de interlocução textual própria de discursos organizacionais.

Neste estudo, objetivamos analisar a interlocução que subjaz a formação dos termos no domínio dos Documentos Escolares Individuais. A disciplina Terminologia, enquanto estudo da linguagem técnico-científica, ocupa-se da terminologia de uma área ou domínio, de diferentes áreas, não só nas Ciências do Léxico. De um *corpus* digitalizado, extraímos unidades lexicais que nos permitiram analisar aspectos terminológico-discursivos que podem explicar a sua formação. Diante disso, possibilita-nos verificar diferentes termos de formação substantival, adjetival ou verbal, passando, inclusive, aos aspectos discursivos fundamentais, que melhor atendam a compreensão do uso da língua em contextos especializados.

Feitas essas considerações introdutórias, toma-se o termo como a unidade lexical de conteúdo especializado, que se une a outra(s), ou não, para a formação de uma noção em contexto de uso. A título de dirimir dúvidas, a disciplina convencionou duas grafias em distinção: Terminologia escrito com ‘T’ maiúsculo refere-se ao conjunto de abordagens teóricas para o estudo dos termos em contexto de uma área ou domínio e terminologia escrita com ‘t’ minúsculo ao conjunto de termos encontrados em um domínio.

Metodologia

Neste artigo, verificamos a face interlocutiva na formação da terminologia dos documentos escolares individuais¹, pesquisa realizada com editais para seleção de candidatos ao preenchimento de vagas, de cargos e funções ou em prosseguimento de estudos. A pesquisa apurou que candidatos entregam documentos pessoais sem distinguir quais especificam o seu perfil escolar-acadêmico. Com a pesquisa completa, constituímos um corpus de 11 documentos, fidedignos, recolhidos em todo o território nacional, em visita aos estabelecimentos de ensino, por colaboração e pela internet. Estes textos foram preparados em *[.txt]* de modo a permitir a extração dos candidatos ao estatuto de termo com o auxílio do programa ‘Concordance 3.3’ (Watt, 2001).

O corpus e o domínio

Os Documentos Escolares Individuais são exigidos em processos de seleção que envolvem emprego, estudos, regularização de títulos obtidos no exterior e outros. A importância desses documentos é reconhecida pela sociedade, pois fornecem dados para que recrutadores verifiquem o grau de escolaridade do candidato e o perfil de estudante. Comissões julgadoras costumam sustentar suas decisões acerca de contratações, ascensão na carreira profissional, nível salarial ou bolsa e continuidade de estudos.

Esses documentos são expedidos pelos estabelecimentos de ensino, em todos os níveis de escolaridade cursados pelo candidato, portanto, pessoais, de valor informativo, probatório e histórico, escritos em português do Brasil e linguagem formal. Lidar com esses documentos requer de profissionais reconhecimento de termos técnicos-científicos, valorização de aspectos da organização textual, conhecimentos da denominação e do uso da língua em contextos especializados.

O domínio dos documentos escolares individuais compõe-se de ata, atestado, boletim, certidão, certificado, declaração, diploma, ficha de matrícula, histórico escolar, menção honrosa e requerimento e recebeu essa designação por serem os que destacam o candidato dentre os demais.

Conceitos operacionais

O termo como registro social foi inserido na Socioterminologia (Gaudin, 1993), embora o autor cite Slodzian (1993), Lerat (1984) e Boulanger (1981) como os primeiros estudiosos a difundirem o conceito com base na

¹ Pesquisa completa intitulada Perfil dos Documentos Escolares Individuais encontra-se disponível na biblioteca Unesp/Ibilce (<https://www2.unesp.br>)

sociolinguística. Na Socioterminologia o termo é orientado pelas preocupações sociais e políticas como representação do discurso especializado, uma forma de ver o mundo e a comunicação entre interlocutores, o nível intermediário entre locutores e sujeitos e a forma de dizer nas comunidades de especialistas. Enquanto atividade social, diz o autor, consiste numa ferramenta de trabalho e de produção de sentidos nas esferas de atividade². Essa perspectiva propõe que os termos devem ser analisados *in vivo*, considerando o ambiente textual em que ocorrem.

Na Teoria Comunicativa da Terminologia (TCT), (Cabré, 1993, 1999), o estudo dos termos dá-se em contextos comunicativos e usos reais, em relação às unidades lexicais de conteúdo específicos adotados por comunidades ou grupos especializados e pela ênfase na especificidade da unidade em contexto.

A expansão das áreas especializadas, nas últimas décadas, especialmente, tornou a TCT mais dinâmica, e levou pesquisadores a introduzirem possibilidades de descrição do termo, sob a perspectiva de seus componentes constitutivos em contextos de representação, como unidades de conhecimento, de linguagem e de comunicação.

Um termo se distingue de uma palavra da língua geral por sua relação unívoca com o conceito especializado que designa (monossemita) e pela estabilidade dessa relação entre a forma e o conteúdo em textos que tratam desse conceito (lexicalização). Posteriormente, é a frequência de uso e o ambiente contextual (coocorrência) assim como os indicadores tipográficos que explicitam a situação do termo (Pavel & Nolet, 2002, p. 19).

Em razão da multidimensionalidade dos termos, Cabré lança a Teoria das Portas (2000), comparando as unidades terminológicas a um objeto poliedro. Vistas por diferentes portas os seus componentes constitutivos são: cognitivo - o conceito; o linguístico - a unidade lexical terminológica; o comunicativo - a situação. Tais componentes possibilitam o termo ser abordado no viés cognitivo e social, de acordo com a situação e os meios de circulação, descrição e explicação.

A autora também ressalta acerca do componente cognitivo que os termos dependem de um contexto temático; ocupam um lugar determinado em uma estrutura conceitual. O significado específico é estabelecido pelo lugar que ocupam nessa estrutura, são definidos explicitamente e considerados como propriedades da unidade.

Já com relação ao componente linguístico trata-se de unidades léxicas que podem ter estruturas lexicais e sintáticas; exploram os recursos de formação de palavra e dos processos de aquisição de novas unidades; ocorrem como substantivos, verbos, adjetivos ou advérbios, ou estruturas nominais, verbais, adjetivais ou adverbiais. Podem também coincidir com unidades que pertencem ao discurso geral e a uma das categorias semânticas maiores: entidades, eventos, propriedades ou relações. Seu significado é específico em um domínio especializado e extraído a partir de um conjunto de informações de uma unidade lexical. A ordenação sintática se restringe aos princípios combinatórios de itens lexicais de uma língua.

E com relação ao componente comunicativo ocorrem em discursos especializados. Formalmente, adaptam-se a esse tipo de discurso conforme as características temáticas e funcionais. Dividem o discurso especializado com unidades pertencentes a outros sistemas icônicos ou simbólicos; são adquiridas por meio de um processo de aprendizagem e, dessa maneira, são manipuladas por especialistas de seus campos. São basicamente denotativas, mas não excluem conotações.

A análise em Terminologia adequa-se às características encontradas nos domínios especializados, a materialização dos discursos de comunidades específicas e seus elementos constitutivos em gêneros textuais específicos e outras unidades identificáveis para a sua interpretação.

No âmbito da Abordagem Terminológico-Discursiva (ATD) articula-se pesquisa e ensino nas Ciências do Léxico, especialmente estudos teóricos e aplicados em Terminologia. Amplia-se o conceito de usos especializados das línguas naturais, materiais de interação sociocomunicativos, gêneros textuais/discursivos prototípicos de cada área do conhecimento e de sua terminologia. Entre outros, salvaguardados os contextos específicos, os diferentes contextos de uma situação comunicativa, ensino e aprendizagem de línguas, prescrições organizacionais, comunidades de especialistas e práticas de linguagem em ambiente de trabalho (Nadin, 2022). Na visão do autor, as diversas abordagens teóricas podem contribuir de forma a criar diferentes ambiências analíticas para a compreensão do uso da língua em contextos especializados.

Os fundamentos da ATD pautam-se na junção das bases teóricas Terminologia e Discurso, donde os termos são analisados pelos fatores linguísticos (semântico, lexical e textual) e pragmático (emissor, mediador, situação e destinatário), nas situações comunicativas e nas produções: a primeira dotada de tema, conteúdo e forma. A segunda dotada de tipos de textos, especialidade, o conhecimento partilhado pelo emissor e destinatário e sua transferência em graus, modos e situações. Neste contexto, os termos apresentam particularidades específicas no que diz respeito a sua relação com o referente, significantes e significados

² “[...] outil de travail et de production de sens dans une sphère d’activité” (Gaudin, 1993, p. 82).

ainda mais precisos e mais controlados pela situação de interação comunicativa em que ocorrem, podendo até haver outras conceitualizações acrescidas. Assim, com base em Cabré (1999; Cabré, Fathi, Moreira, & Casafont, 2022) e Maingueneau (2001), respectivamente:

(a) Estudam-se as unidades lexicais dotadas de referência e funções que integram discursos em contextos especializados. O caráter do termo é ativado em função do uso em contexto e situação, portanto, produções discursivas ativadas por condições pragmáticas que regulam a determinada situação comunicativa, ou uma certa situação comunicativa. As unidades são constituídas de forma (denominação) e conteúdo (significado), expressas com maior ou menor grau de especialização em relação ao seu receptor.

(b) Cada enunciado é portador de sentido estável conferido pelo locutor. O sentido é o mesmo decifrado pelo receptor; estaria inscrito no enunciado e sua compreensão depende do conhecimento lexical e gramatical da língua compartilhados. O contexto não se encontra ao redor do enunciado, mas sim em instâncias históricas. O contexto possui papel periférico, ou seja, conteria um sentido parcialmente indeterminado que o destinatário precisaria especificar. A unidade analisável é o enunciado.

Tendo em conta os critérios pragmáticos (forma, função e interlocutores) e os discursivos (gêneros textuais, estrutura e estilo), podemos nos ater à interlocução textual que ocorre no âmbito do discurso técnico-científico e no organizacional (Tabela 1).

Tabela 1. Comunicabilidade dos discursos técnico-científico-organizacionais.

Discursos técnico-científicos	Discursos organizacionais
- Dados especializados com conceitualização controlada, alto nível de abstração, densidade terminológica. - Linguagem objetiva e eficaz.	- Funções referenciais: conativa (ordenar o que deve ser feito) e metalinguística (para explicar conceitos de funcionamento interno) com o objetivo de regular a atividade.
- Interlocutores qualificados, com formação específica na área ou tema da comunicação.	- Campo escrito, moderadamente especializado, interno e mais vertical do que horizontal – embora dependa da política de comunicação e os próprios membros que o constituem.
- Sequências textuais específicas, definições, citações, enumerações dentre outras. - Modalidade afirmativa; sofrer uma forte despersonalização (impessoal, verbos passivos, 3ª pessoa do singular).	- Linguagem administrativa e legal – como devem ser considerados os discursos organizacionais da Administração pública. - Comunidade de especialistas com um grau de desenvolvimento superior aos demais interlocutores.
- Sintaxe controlada com tendência à nominalização.	- Projeção e influência em outras áreas.

Fonte: com base em Cassany (2004, p. 53).

A interlocução e a Abordagem Terminológico-Discursiva (ATD)

A interlocução textual une-se à disciplina Terminologia, pela verificação do tipo de comunicação que se realiza por seus elementos, a quem se dirige, primeiramente, tornando acessível para quem aquele discurso é direcionado, quem é o seu interlocutor final, o tipo de mensagem transmitida e o suporte para que essa comunicação se realize, ou seja, os gêneros textuais. Nos documentos escolares individuais ocorre a interlocução, envolvendo minimamente a troca de mensagens e os diferentes elementos³ da comunicação emissor, receptor, canal, contexto e código.

Sob o nosso ponto de vista, a interlocução textual se faz por todo tipo de escrita que visa um destinatário. Os diferentes gêneros textuais no domínio dos documentos escolares individuais possuem como características a referência direta ao interlocutor, a função exercida pelo locutor e pelo interlocutor no processo de comunicação em que a interação ocorre sem a presença do locutor, e com apenas a expectativa de execução de ações programadas de modo prescritivo. Esses textos são injuntivos, contêm instruções ou explicam como fazer algo, exprimem uma ordem dada ao interlocutor para executar ou não uma determinada ação. A explicação ou o próprio método esclarece a ação a ser realizada.

A relação do locutor com o interlocutor (Koch, 1997) compreende a existência de um sujeito planejador/organizador que, em sua inter-relação com outros sujeitos constroem um texto sob a influência de uma complexa rede de fatores, entre os quais a especificidade da situação, lugar de ação, convicções e normas sustentam a interação. Os documentos escolares individuais, porém, são construídos como processo de injunção, de influência de pressão e circunstâncias advindas de níveis hierárquicos descendentes, organizados em órgãos deliberativos e normativos até que encontre o seu interlocutor final. Uma resposta interlocutiva do outro, de modo a sinalizar que este assimilou a mensagem, virá por sua repetição em novos gêneros textuais, muitas vezes também do tipo injuntivo, ou como produto da ação de seus interactantes, em novos prescritos, ou nas execuções.

³ Emissor, receptor (interlocutores), canal (unidades de informação) e código (significado e significante) em Jakobson (1971).

Nessa interlocução textual ocorre uma construção coletiva, dado o percurso que os documentos oficiais percorrem até chegar ao seu interlocutor final, também chamado de interlocutor engajado, pois em uma situação de comunicação determinada, ele percebe a intenção do locutor (produtor do texto) e a dos parceiros em aceitá-la como tal (Ducrot, 1987). Por sua vez, submete-se como sujeito daquela ação que compõe essa construção. Podemos melhor visualizar estas afirmações na Tabela 2.

Tabela 2. Instâncias deliberativas e níveis hierárquicos.

1º nível		Constituição da República Federativa do Brasil 1988
2º nível	Ministério da Educação - MEC Conselho Nacional de Educação Câmara de Educação Superior Coordenação de Aperfeiçoamento do Pessoal de Nível Superior - Capes	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Leis para o ensino de áreas militares, legislação específica e complementar. Parâmetros Curriculares da Educação Nacional, Diretrizes Curriculares, Atos normativos Portarias, Pareceres, Legislação para <i>lato e stricto sensu</i> .
3º nível	Secretaria de Estado de Educação Conselho Estadual de Educação Diretoria de Ensino	Base comum dos <i>currícula</i> , Parte diversificada, Proposta curricular, Legislação Estadual do ensino, Portarias, Resoluções, Manuais técnicos.
4º nível	Secretaria de Educação Conselho Municipal de Educação	Plano de Ensino, Projeto Político Pedagógico, Regimento Escolar, Atos normativos e deliberativos.
5º nível	Estabelecimentos de Ensino Rede pública e particular	Programas de Ensino e aprendizagem, Currículo, Ementas. Documentos escolares individuais: ata, atestado, boletim escolar, certidão, certificado, declaração, diploma, ficha de matrícula, histórico escolar, menção honrosa e requerimento.

Fonte: elaborado pela autora.

Na Tabela 2 visualizamos os níveis hierárquicos em articulação descendente e as instâncias geradoras da terminologia e do discurso, que dizem respeito à maneira como um determinado discurso estabelece a interlocução com outros, referindo-se ao modo com o qual determinado locutor estabelece linguisticamente essa interação (Ducrot, 1987). O locutor tem em seu poder a palavra de dar ao seu interlocutor apenas o processo ou a execução, propósito de um discurso do tipo mandatário, injuntivo, muito comum nas instâncias deliberativas nas quais a verbalização precisa ser reproduzida conforme orientações fazendo emergir saberes ou formas de comunicação sustentadas pelo texto.

Vemos também os interlocutores em papéis que se revezam, por exemplo, a Constituição é o locutor onisciente posicionado no nível 1. Do alto do seu papel nomeia interlocutores, os órgãos oficiais mandatários, enquanto os demais de execução também podem se tornar mandatários até os do nível 4. Estes, ao se tornarem mandatários, promovem a interlocução com outros órgãos direta ou indiretamente, no sentido de executar por seus meios as ações advindas dos níveis hierárquicos em posições superiores. Forma-se um círculo de reproduções textuais de um mesmo discurso.

Com base nisso, os interlocutores previstos seriam - Locutor 1 (prescritor) - prevê o seu alocutário, o locutor 2 (destinatário), que a ele incumbe a co-produção daquele seu discurso. O primeiro estabelece e o segundo executa e isso vem a se repetir em todos os níveis hierárquicos.

O discurso oral ou escrito de especialistas dirigidos diretamente, ou por alguma forma de mediação, a grupos específicos de destinatários constitui o material em que podemos observar unidades terminológicas. Tal corpus diversificado será uma amostra representativa do discurso especializado em todas as suas formas (Cabrê, 2003).

Na produção do documento escolar individual nota-se o discurso especializado como uma trama relativa a vários outros discursos repetindo-se ou modificando-se moderadamente. Nestes habitam as vozes de especialistas em diferentes postos de trabalho, que se alternam entre o dizer o que fazer, como fazer e o que pode fazer ao seu alocutário. A disseminação desses documentos promove os discursos da execução. Parece haver um acordo tácito nesta atividade de replicação do documento e a aceitação pelo outro, um tipo de atividade verbal de reconhecimento mútuo que o condiciona como discurso para que o outro sustente a sua compreensão.

As condições de produção

Por trás desse discurso, encontramos as condições ideais de produção, fatos e legislação que justificam características do contexto interlocutivo acionadas pelos sujeitos, de forma consciente no decorrer do processo de elaboração do texto escrito, no domínio dos documentos escolares individuais. O reconhecimento dessa terminologia concentra-se no bojo da complexidade do sistema de ensino no Brasil, o que podemos chamar de discurso interlocutivo no contexto histórico (CEALE, 2023).

O sistema de ensino no Brasil configura-se um conjunto de componentes de natureza educativa, que se estrutura ordenadamente, por meio de leis e normas, a fim de possibilitar maior eficácia nos resultados, melhor rendimento nos meios empregados e um adequado controle sobre métodos e processos utilizados (Souza, 2001).

Em primeiro momento, temos os fatos históricos (Tabela 3) que sustentam o sistema de ensino no Brasil oriundo das instâncias e os níveis hierárquicos já citados anteriormente.

Tabela 3. Contextos de produção em fatos históricos.

1930	Criação do Ministério da Educação e Saúde Pública, atual Ministério da Educação – MEC.
1945	Criação da Universidade do Brasil – atual UFRJ.
1961	Criação da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira - Lei 4.024/61
1971	LDB 5.692/71 Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1° e 2° graus. Resolução nº 8, de 1° de dezembro de 1971, anexa ao Parecer nº 853/71.
1972	Resolução nº 2, de 27 de janeiro, anexa ao Parecer no 45/72, fixa os mínimos em cada habilitação profissional ou habilitações no ensino de 2° grau.
1980	Portaria Capes 80, de 16 de dezembro de 1988 regulamenta o mestrado profissional.
1988	Promulgação da Constituição Federal em 5 de outubro de 1988.
1996	Sancionada a segunda LDB, Lei 9.394/96.
1998	Decreto nº 2.494, de 10 de fevereiro de 1998, regulamenta o Ensino à Distância.
1999	Criam-se os Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN.
2002	Resolução CNE/CP 3, de 18 de dezembro cria os Cursos Superiores de Tecnologia.
2007	Resolução nº 1, de 8 de junho, estabelece normas de funcionamento para cursos de especialização.
2008	Publicação das Orientações Curriculares Nacionais para o Ensino Médio.

Fonte: elaborado pela autora com dados disponíveis em <http://gov.br/mec/legislação>.

Em segundo momento, temos o complexo teórico-legislativo que representa onde o termo tem sua denominação, especificação e conceito. Essas condições mostram o caráter interacional do discurso e o caráter construído naquela situação de comunicação, os gêneros textuais no discurso que se materializam quando certas condições sócio-históricas estão presentes.

Na Tabela 4 mostramos em cascata documentos legislativos e normativos de âmbito nacional. Uns constituem, regularizam e normatizam o funcionamento dos demais órgãos normativos e outros os estabelecimentos de ensino. Alguns orientam as práticas pedagógicas de regularização e as administrativo-escolares, e outros os de rotina e procedimentos, elaboração e emissão, inclusive os documentos escolares individuais.

Tabela 4. Contextos de produção no conjunto teórico-legislativo.

Legislação	Prescrição
Lei nº 5.692/71	Diretrizes e Bases para o ensino de 1° e 2° graus
LDB nº 9.394/96	Diretrizes e bases da educação nacional - LDB
Lei nº 7.088/83	Expedição de documentos escolares
Lei nº 9.786/99	Ensino no Exército Brasileiro
Lei nº 12.464/11	Ensino na Força Aérea Brasileira
Lei nº 11.279/06	Ensino na Marinha do Brasil
Lei nº 11.114/05	Matrícula obrigatória aos seis anos de idade
Parecer 851/2000	Avaliação de aprendizagem e transferência
Parecer 553	Credenciamento de instituições
Normas	Reguladoras de curso de graduação
Parecer CNE 379/04	Diplomas no ensino superior
Parecer CNE/CEB 39	Educação Profissional
Parecer 977/65	Diretrizes dos cursos de pós-graduação
Normas	Reguladoras de pós-graduação <i>lato sensu</i>
Normas	Reguladoras de pós-graduação <i>stricto sensu</i>
Portaria 258	Grades curriculares
Port Normativa 7	Diretrizes no mestrado profissional
Res SE 31/81	Escrituração escolar
Res SE 70/08	Ensino Médio na rede estadual
Res SE 25/81	Desburocratização dos documentos escolares
Manual BA	Secretário Escolar
Manual Fama	Aluno
Manual Marília	Secretário de Escola
Manual PR1	Preenchimento de Históricos Escolares e Diplomas
Manual RO	Orientações básicas do diretor e secretário escolar

Fonte: elaborado pela autora.

O discurso continuado

Na Constituição de 1988 encontra-se o discurso fonte delimitando conceitos que serão reproduzidos em alguns verbetes que podem ser vistos na Tabela 5. A Constituição ditou vários termos que conhecemos do domínio documentos escolares individuais, cuja formação subjaz à terminologia que melhor expresse o contido nessa lei maior.

A Tabela 5 mostra o discurso fonte, aquele que se traduz como a “[...] organização situada obrigatoriamente superior à frase e se constrói com efeito em função de uma finalidade [...]” (Maingueneau, 2001, p. 52), dando origem aos termos por ação de seus interactantes. O locutor desse discurso enuncia em função da atitude do outro que assumirá o efeito de tais enunciações. Dada a essa característica, conseqüentemente, esse é replicado nos documentos que se seguem, tanto no conjunto legislativo (Tabela 4) como em outros documentos gerados a partir destes, mantendo a especificidade que identifica a terminologia.

Tabela 5. Terminologia no Sistema Educacional Brasileiro.

Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:		
Ensino Fundamental	I - ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria;	Ensino obrigatório; EJA
Ensino gratuito	II - progressiva extensão da obrigatoriedade e gratuidade ao ensino médio;	
Ensino Médio	III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino;	Educação inclusiva
Educação infantil	IV - atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a seis anos de idade;	
	V - acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um;	Pós-graduação
	VI - oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do educando;	Material didático-escolar
Educando	VII - atendimento ao educando, no ensino fundamental, através de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde.	
	§ 1º O acesso ao ensino obrigatório e gratuito é direito público subjetivo.	
Autoridade competente	§ 2º O não-oferecimento do ensino obrigatório pelo poder público, ou sua oferta irregular, importa responsabilidade da autoridade competente.	
Pais responsáveis	§ 3º Compete ao poder público recensear os educandos no ensino fundamental, fazer-lhes a chamada e zelar, junto aos pais ou responsáveis, pela frequência à escola.	Chamada frequência

Fonte: Constituição Federativa do Brasil 1988.

A interlocução na terminologia dos documentos escolares individuais

De caráter especializado, cada um dos documentos escolares individuais apresenta características que os diferenciam e os particularizam de acordo com a natureza e função, e isso faz com que algumas de suas unidades lexicais sejam elevadas ao estatuto de termo, como percebe-se os contextos de empregabilidade na Tabela 6.

Tabela 6. Terminologia da estrutura do Sistema de Ensino no Brasil.

Educação Infantil		Primeira etapa da Educação para crianças até 5 anos	
			Educação de Jovens e Adultos - EJA
Educação Básica	Ensino Fundamental	Modalidades em programas educacionais	Educação indígena
			Educação rural
	Ensino Médio		Ensino Médio
			Educação profissional técnica
	Graduação		Licenciatura
			Bacharelado
			Formação inicial e continuada
Educação Superior	Educação profissional tecnológica		Qualificação profissional
			Graduação
			Pós-graduação
	Cursos sequenciais		Por campo do saber
			Especialização
	Programas de pós-graduação	Lato sensu	Mestrado
		Stricto sensu	Doutorado
	Cursos de extensão		
		Abertos à comunidade com seleção a critério dos estabelecimentos	

Fonte: elaborado pela autora.

A Tabela 6 mostra enunciados sob a injunção da legislação. A referência maior que se tem no Brasil, hoje, é a LDB nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, regulamentada por Pareceres do Conselho Nacional de Educação

– CNE, Ministério da Educação – MEC (Tabela 2 e 3). Tanto a LDB 5.692/71 e a 9.394/96 marcaram as reformas que impactaram o sistema de ensino brasileiro, determinando o texto, sua terminologia, as ações dos interlocutores e a documentação administrativo-pedagógica no nível dos estabelecimentos de ensino, como vemos nos exemplos.

A banca examinadora composta pelos seguintes professores: (Ata. Apresentação de dissertação. Programa de estudos em Mestrado. Universidade São Francisco)

O currículo escolar para todos os cursos é aprovado anualmente pela Congregação (ITA, Normas, 2003, p. 8);

Sistemática de Avaliação – resultado final em cada disciplina, igual ou superior a 60 (sessenta) pontos e frequência mínima de 75%. (Espírito Santo. Histórico Escolar. Escola de 1º e 2º. Graus Prof. M. Abaurre);

‘[...] tendo em vista a conclusão do Curso no 2º. Semestre do ano de 2001’ (Diploma. Universidade Federal de Pernambuco – UFPE);

Para ingressantes em 2009, na 1ª. série do Ensino Médio. (Ficha de Matrícula. Secretaria de Estado da Educação/SP);

Estudos realizados no Ensino Médio por série: 1ª. Série Colégio Militar ..., 2ª. Série Colégio Militar (Certificado de Conclusão do Ensino Médio. Comando da Aeronáutica).

Dessa forma, a interlocução textual comunicativa nesses documentos integra uma ampla rede de interlocutores: a legislação, os principais órgãos do sistema educacional brasileiro e os níveis hierárquicos de geração da legislação. Neste sentido, temos a origem da orientação conceitual fornecida pela legislação e a denominação a partir das relações que se estabelecem em seu contexto de uso.

Por elementos da organização textual

Neste item, destacamos a interlocução nos elementos da organização textual, pois interferem diretamente na formação da terminologia empregada. Profissionais de diferentes comunidades de especialistas, predominando os estabelecimentos escolares e as organizações públicas ou particulares costumam lidar com esses elementos atentos a características imprescindíveis e determinantes pelo fato de serem documentos de fé pública. O formulário selecionado (Figura 1) mostra os campos semânticos dessa formação.

O formulário é intitulado 'REQUERIMENTO ESCOLAR - CAMPUS BELÉM' e contém os seguintes campos e seções:

- Identificação do documento:** Nome do aluno, endereço, curso, turma, turno, número de matrícula, data de nascimento, cidade, e-mail, RG, CPF, e telefone.
- Gênero textual:** Solicitação de serviços acadêmicos, listados em duas colunas com opções de seleção (checkbox).
- Dados pessoais:** Observações (OBS) e data de preenchimento.
- Assinaturas e Responsabilidade:** Espaço para a assinatura do aluno/responsável e da chefia de departamento.
- Funções ou cargos da organização administrativa de ensino ou subdivisão da estrutura física:** Campos para o uso interno do departamento de ensino, com opções de seleção para diferentes setores (coordenação de curso, diretoria de ensino, secretaria acadêmica, requerente, biblioteca).
- Informações de rodapé:** Endereço, telefone e e-mail do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará.

As anotações à direita do formulário apontam para elementos de organização textual, como: 'Timbre, logo, insígnia, símbolos nacionais', 'Estrutura organizacional de ensino', 'Identificação do documento', 'Gênero textual', 'Dados pessoais', 'organização tipográfica', 'Determinação da responsabilidade', 'Funções ou cargos da organização administrativa de ensino ou subdivisão da estrutura física', e 'Informações de rodapé'.

Figura 1. Elementos da organização textual.

O documento escolar individual acima mostra vários elementos temáticos que subjazem à formação dos termos e sua especificidade no contexto de uso.

- a) Timbre, logo, símbolo nacional e insígnia – auxiliam na identificação do órgão expedidor e dão credibilidade ao documento.
- b) Estrutura organizacional de ensino – identificam as unidades onde o documento foi gerado.
- c) Identificação do documento e gênero textual – informações que se completam na caracterização e ordenação do documento a ser expedido.
- d) Dados pessoais – caracterizam e individualizam o requerente.
- e) Organização tipográfica – orienta sobre o tipo de documento, promove a facilitação e dá celeridade no preenchimento.
- f) Determinação da responsabilidade – prática de condutas responsivas por parte dos envolvidos.
- g) Funções ou cargos da organização administrativa de ensino – aqueles que se responsabilizam por informações cedidas pelos requerentes e assinam pelos estabelecimentos de ensino que representam.
- h) Informações de rodapé – identificação da localização do órgão ou unidade expedidora.

Por relações associativas morfossintáticas e léxico-semânticas

As relações associativas também subjazem à formação dos termos, podendo ocorrer de duas formas, como nos exemplos:

- a) Do hiperônimo ao hipônimo (Tabela 7).

Tabela 7. Relações associativas do hiperônimo ao hipônimo.

Escola	Escola rural, escola estadual, escola municipal, escola preparatória, escola de ensino médio, escola de primeiro e segundo graus
Espaços físicos	Unidade escolar, Núcleo de Registro Escolar, Registro Geral, campus da Unidade IV, mini auditório
Rotinas do aluno	Exame especial, prova de recuperação, transferência de créditos, trabalho de conclusão de curso, total de pontos por dia de prova do candidato, verificação do aproveitamento escolar
Disciplinas	Matemática aplicada, Educação Moral e Cívica, Organização Social e Política Brasileira, Análise de Algoritmos e Complexidade de Computação, Linguagens de Programação
Áreas do conhecimento	Direito, Contabilidade, Ciências Sociais e Aplicadas, Administração, Engenharia Naval, Engenharia Aeroespacial.

Percebe-se nos exemplos que alguns termos hiponímicos mantiveram o hiperônimo em sua base acrescentado um adjetivo, como é o caso de 'escola'. Outros hipônimos formaram-se a partir de um núcleo temático com o qual mantém relações e o acréscimo de preposições e/ou conjunções. Esses termos fazem parte da estrutura física local, rotinas dos alunos, disciplinas e áreas do conhecimento científico. Denominações que se formaram a partir do acréscimo de unidades lexicais e/ou gramaticais dando-lhes ainda mais especificidade, isto é, quanto mais elementos forem acrescentados mais específico o termo se torna.

- b) Do hiperônimo ao hipônimo ao co-hipônimo (Tabela 8).

Tabela 8. Relações associativas do hiperônimo ao hipônimo ao co-hipônimo.

Aluno/	Documentos pessoais	Carteira de Identidade (CI); Carteira Nacional de Habilitação (CNH); Registro Nacional de Estrangeiros (RNE); Certificado de Serviço Militar
Documentoscandidato	Escolares individuais	Ata, Atestado, Boletim escolar, Certidão, Certificado, Declarações, Diploma, Ficha de Matrícula, Histórico escolar, Menção Honrosa, Requerimento
	Administrativos de direção	Ato de criação, Autorização de funcionamento
Escola	Administrativos de execução	Portaria, Resolução, Regulamento, reconhecimento de curso, credenciamento, estatuto
	Rotinas didáticas	Cronograma de aulas, ementas, catálogo de cursos, serviços de atendimento e apoio a professores e alunos.
	Rotinas pedagógicas	Diário de classe, Currículo, avaliação, relatório, plano de aula, atividade complementares
		LDB, resolução, portaria, pesquisa de satisfação, relatório de avaliação

Os co-hipônimos são muito produtivos em terminologia, pois oferecem a possibilidade de se abrirem em subáreas temáticas. Se tomarmos o hiperônimo 'documentos' percebemos um certo grau de especificidade. Quanto mais se abrem os co-hipônimos, a interlocução entre documentos relativos à escola e os conceitos tornam-se ainda mais específicos. Tanto os documentos administrativos como os de rotinas podem conter outros termos hiponímicos, por exemplo, documentos escolares de rotinas didáticas e documentos escolares

de rotinas pedagógicas. Até mesmo neste último ainda mantendo o hiperônimo documentos, temos os de coordenação, os do professor e, assim por diante.

Nesta pesquisa encontramos termos cujo processo de formação se dá por meio de mudança de classe nas categorias plenas substantivo, adjetivo e verbo, um tipo de formação pelo qual uma unidade léxica sofre alterações em sua distribuição sem que haja mudanças formais. Nesse caso, o material semântico já existente é aproveitado na formação de termos com novas denotações. São exemplos os termos aluno (aluno aprovado, aluno promovido, aluno concluinte, aluno repetente etc) e prova (prova mensal, prova bimestral, prova final, prova institucional, prova substitutiva etc).

Muitas vezes, porém, o termo 'aluno' foi usado com ou sem o acréscimo de uma unidade lexical que qualifica ou especifica o conceito-base. Nesse caso, o adjetivo participial 'concluinte' delimita o conceito designado pelo sintagma terminológico. Em havendo a elipse da base substantival 'aluno', o adjetivo muda de categoria e ao mesmo o qualifica como único lexema para designar o conceito de 'aluno concluinte'. O adjetivo assume a função de substantivo, mudando, assim, de classe lexical, caracterizando a derivação imprópria. É o caso de 'diplomado', 'graduando', 'mestrando', 'formado', cujo significado genérico passa para o específico e esses termos passam a ser usados autonomamente sem apagar o conceito genérico.

De fato, na medida em que a base substantival sofre apagamento (elipse lexical), o determinante adjetival assume a função de substantivo com uma carga semântica bem maior, pois está sendo somado o conceito designado e a caracterização. Note-se, no entanto, que algumas dessas unidades lexicais são originadas nos modos participio ou gerúndio dos verbos 'diplomar', 'graduar' e 'formar'.

O substantivo/adjetivo 'mantenedor(a)', é derivado do verbo 'manter', independentemente de um termo-base. Seu material semântico representa um ser, uma pessoa jurídica que atua como administrador dos estabelecimentos escolares pela função de manter, como no exemplo Universidade do Vale do Paraíba (Univap) 'mantenedor' Fundação Valeparaibana de Ensino (FVE). E, assim os demais Faculdade Integradas de Jacarepaguá/Associação Jacarepaguá de Ensino Superior; Faculdade Castelo Branco/Fundação Educacional Presidente Castelo Branco entre outros.

Já nos exemplos, [... que encaminhará ao 'colegiado competente'. (Requerimento. Universidade Federal de Pelotas. 2005)] e [considerado 'frequente', se permanecer mais de 2/3 do 'horário normal'. (HE. Escola de Ensino Médio)] os adjetivos transformaram-se em conceito-base. Temos duas motivações para a formação desses termos: a primeira por necessidade gramatical criou-se uma denotação cuja base não se distanciou do significado contido na unidade léxica. A segunda é que mesmo usando o material semântico já existente ocorre a motivação gramatical dando-lhe mais especificidade.

Considerações finais

Esta pesquisa objetivou verificar a face interlocutiva dos documentos escolares individuais, a partir dos aspectos de formação de sua terminologia.

A interlocução nos estudos da linguagem mostrou-se também efetiva em Terminologia, pois ofereceu possibilidades de análises no nosso objetivo delimitado a documentos oficiais da comunicação escrita, o que tornou um diferencial no viés comunicativo sobre o uso da língua em contextos especializados. Nos exemplos que trouxemos, a face interlocutiva transitou da carta magna do país, a leis de diretrizes e bases da educação, a manuais técnicos, manipulado por diferentes consulentes nos estabelecimentos de ensino.

A análise demonstrou que diferentes fatores contribuem para a formação dessa terminologia pela ação da interlocução. O primeiro é a especificidade que é desenvolvida como intertextualidade em diversos níveis hierárquicos do sistema educacional brasileiro e dada a sua formalidade são documentos oficiais incontestes na comunicação escrita, portanto, uma interlocução textual comunicativa.

Esse tipo de interlocução mostrou-nos interlocutores determinados para ocorrerem em cooperação coletiva. Grande parte dos interlocutores reproduzem os textos mantendo os termos pré-estabelecidos pelo documento maior, até chegarem ao interlocutor final podendo ser por novos textos ou simplesmente replicados. Vimos os elementos da comunicação (emissor, mensagem, canal e receptor) fazendo emergir saberes que serão sustentados por novos textos, eis que em novas instâncias, sem que haja desvios dos conceitos e terminologia.

De fato, a terminologia é resultado de condições de uso em contextos especializados, portanto, precisam destes para que seu caráter específico seja confirmado. Nesse caso, a terminologia dos documentos escolares individuais

é determinada por legislação ou normas, enfim, documentos que discursivamente condicionam o que se pode dizer e como fazer, o que se pode e deve fazer. Neste discurso de forças, de sentidos, de formas, denominações previamente concebidas e de contextos de uso próprios, a unidade lexical adquire o estatuto de termo.

Vimos também que a interlocução permitiu avançar nos objetos de estudo da ATD, uma vez que as possibilidades de formação dos termos fluem em suas bases conceituais Terminologia e Discurso, mostrando que, em se tratando de documentos oficiais, os papéis dos interactantes beiram à interlocução unilateral, mas podem se revezar sincronizando as ações nas prescrições.

E, por fim, a unidade terminológica é resultado da construção e da apropriação do discurso para aplicação no mundo real, nesse caso, dos interlocutores e usuários da língua em contextos específicos.

Referências

- Boulanger, J.-C. (1981). Compte-rendu de L'aménagement linguistique du Québec de Jean-Claude Corbeil. *Terminogramme*, (7-8), 11-12.
- Cabré, M. T. (1993). *La terminología: teoría, metodología, aplicaciones*. Barcelona, ES: Editorial Antártida/Empúries.
- Cabré, M. T. (1999). *La terminología: representación y comunicación. Elementos para una teoría de base comunicativa y otros artículos*. Barcelona, ES: Universitat Pompeu Fabra.
- Cabré, M. T. (2000). Terminologie et linguistique: la théorie des portes. In *Terminologies Nouvelles. Terminologie et Diversité Culturelle*, 21, 10-15.
- Cabré, M. T. (2003). Theories of terminology: Their description, prescription and explanation. *Terminology International Journal of Theoretical and Applied Issues in Specialized Communication*, 9(2), 163-199. DOI: <http://dx.doi.org/10.1075/term.9.2.03cab>
- Cabré, M. T., Fathi, B., Moreira, G. L., & Casafont, M. L. (2022). Terminología, discursos profesionales y lenguaje de especialidad terminología, discursos profissionais e linguagem de especialidade. *Trabalhos em Linguística Aplicada*, 61(1), 1-4. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/01031813v61n120228669105>
- Casa Civil, Senado Federal. (1988). *Constituição Federal de 5 de outubro de 1988*. Recuperado em 5 jun. 2021 de https://www.planalto.gov.br/ccivil_03
- Cassany, D. (2004). Explorando los discursos de las organizaciones. In A. H. Comajuncosas (Ed.), *Textos y discursos de especialidad: El español de los negocios. Foro hispánico* (p. 49-60). New York, NY: Rodopi.
- Centro de Alfabetização, Leitura e Escrita [CEALE]. (2023). *Condições-de-produção-do-texto - Glossário Ceale*. Recuperado em fevereiro de 2023 de <https://www.ceale.fae.ufmg.br/glossarioceale/verbetes/>
- Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior [CAPES]. (1980). *Portaria Capes 80, de 16 de dezembro de 1988 regulamenta o mestrado profissional*. Recuperado em: <https://capes.gov.br>
- Diretoria de Ensino Região de Marília. (2010). *Manual do Secretário de Escola*. Recuperado em 10 jul. 2010 de <http://www.demarília.edunet.sp.gov.br>
- Ducrot, O. (1987). *O dizer e o dito*. São Paulo, SP: Pontes.
- Escola Superior de Marketing. (2010). *Manual do Aluno*. São Paulo. Recuperado em 8 jun. 2011 de <http://youblisher.com>
- Gaudin, F. (1993). *Pour une socioterminologie: des problèmes sémantiques aux pratiques institutionnelles*. Rouen, FR: Université de Rouen.
- Instituto Tecnológico de Aeronáutica [ITA]. (2003) *Normas reguladoras dos Cursos de Pós-Graduação*. Recuperado em 5 jun. 2020 de <http://www.ita.br/Docs/Manual>
- Jakobson, R. (1971). *Linguística e comunicação*. São Paulo, SP: Cultrix.
- Koch, I. G. V. (1997). *O texto e a construção dos sentidos* (10a ed.). São Paulo, SP: Contexto.
- Lerat, P. (1984). Lexicologie des institutions. In Collectif (Ed.), *Sociolinguistique des langues romanes* (p. 251-259). Provence, FR: Université de Provence.
- Maingueneau, D. (2001). *Análise de textos de comunicação*. São Paulo, SP: Cortez.
- Ministério da Defesa. (2006). *Lei nº 11.279, de 9 de fevereiro de 2006. Dispõe sobre o ensino na Marinha*. Recuperado em 30.jun.2022 de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Ato2004-2006/2006/Lei/L11279.htm
- Ministério da Defesa. (2011). *Lei 12.464, de 5 de agosto de 2011. Dispõe sobre o ensino na Aeronáutica; e revoga o Decreto-Lei nº. 8.437, de 24 de dezembro de 1945, e as Leis nº. 1.601, de 12 de maio de 1952, e 7.549,*

- de 11 de dezembro de 1986. Recuperado em 30 ago. 2022 de <http://www.planalto.gov.br/legislacao/1028714/lei-12464-11>
- Ministério da Educação [MEC], Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação (1997). *CES - Par. 553/97, aprovado em 8 de outubro de 1997. Interpretação do Art. 52, inciso I, da Lei nº 9.394/96.* Recuperado em 10 jul. 2010 de <http://portal.mec.gov.br>
- Ministério da Educação [MEC], Conselho Nacional de Educação, Câmara de Educação Superior. (2004). *Parecer do Conselho Nacional de Educação /Câmara de Educação Superior nº 379/2004, de 8 de dezembro de 2004. Autorização para estabelecer às Instituições de Ensino Superior não vinculadas ao Conselho Estadual de Educação do Estado de São Paulo (CEE/SP), as exigências constantes da Deliberação CEE/37/2003 em substituição à Portaria MEC/DAU no. 33, de 2 de agosto de 1978.* Recuperado em 30 jun. 2021 de http://www.diplomas.ufscar.br/legislacao/Par379_04_DelibSP.pdf
- Ministério da Educação [MEC], Conselho Nacional de Educação, Câmara de Educação Superior. (2007). *Resolução nº 1, de 8 de junho de 2007. Estabelece normas para o funcionamento de cursos de pós-graduação lato sensu, em nível de especialização.* Recuperado em 10 jul. 2020 de <http://portal.mec.gov.br/legislacao>
- Ministério da Educação [MEC], Conselho Nacional de Educação, Câmara de Educação Superior. (2017). *Resolução Nº 7, de 11 de dezembro de 2017. Estabelece normas para o funcionamento de cursos de pós-graduação stricto sensu.* Recuperado em 12 dez. 2022 de https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/view/CNE_RES_CNECESN72017.pdf?query=CERTIFICA%C3%87%C3%83O%20DE%20COMPET%C3%84NCIAS
- Ministério da Educação [MEC], Conselho Nacional de Educação. (2004). *Parecer nº. CNE/CEB/39/2004, de 8 de dezembro de 2004. Aplicação do Decreto nº 5.154/2004 na Educação Profissional Técnica de nível médio e no Ensino Médio.* Recuperado em 10 jul. 2010 de <http://portal.mec.gov.br/legislacao>
- Ministério da Educação [MEC]. (2005). *Lei 11.114, de 16 de maio de 2005. Altera os artigos 6º, 30, 32 e 87 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, com o objetivo de tornar obrigatório o início do ensino fundamental aos seis anos de idade.* Recuperado em 5 jul. 2022 de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03
- Ministério da Educação [MEC]. (1930). *Criação do Ministério da Educação e Saúde Pública.* Recuperado em 15 jan. 2022 de <http://portal.mec.gov.br/>
- Ministério da Educação [MEC]. (1961). *Lei 4.024/61 - Criação da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira.* Recuperado em 5 jun. 2021 de <https://www.planalto.gov.br>
- Ministério da Educação [MEC]. (1965). *Parecer CFE no 977/65, aprovado em 3 dez. 1965. Definição dos cursos de pós-graduação.* Recuperado em 10 jul. 2020 de <http://portal.mec.gov.br>
- Ministério da Educação [MEC]. (1971). *LDB 5.692/71 - Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus. Resolução nº 8, de 1º de dezembro de 1971, anexa ao Parecer nº 853/71.* Recuperado em 15 jan. 2022 de <http://portal.mec.gov.br/>
- Ministério da Educação [MEC]. (1972). *Resolução nº 2, de 27 de janeiro, anexa ao Parecer no 45/72, fixa os mínimos em cada habilitação profissional ou habilitações no ensino de 2º grau.* Recuperado em 15 jun 2021 de <https://www.planalto.gov.br/mec>
- Ministério da Educação [MEC]. (1983). *Lei nº 7.088, de 23 de Março de 1983. Estabelece normas para a expedição de documentos escolares.* Recuperado em 30 jun. 2023 de <http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/128258/lei-7088-83>
- Ministério da Educação [MEC]. (1996). *Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.* Recuperado em 5 jun. 2023 <http://www.mec.gov.br/legislacao>
- Ministério da Educação [MEC]. (1998). *Decreto nº 2.494, de 10 de fevereiro de 1998, regulamenta o Ensino à Distância.* Recuperado em 15 fev. 2022 de <http://portal.mec.gov.br/>
- Ministério da Educação [MEC]. (1999). *Lei nº 9.786, de 8 de fevereiro de 1999. Dispõe sobre o Ensino no Exército Brasileiro e dá outras providências.* Recuperado em 5 jun. 2023 em <http://www.mec.gov.br/legislacao>
Acesso em:
- Ministério da Educação [MEC]. (1999). *Parâmetros Curriculares Nacionais.* Recuperado em 15 jan. 2022 de <http://portal.mec.gov.br/>
- Ministério da Educação [MEC]. (2002) *Resolução CNE/CP 3, de 18 de dezembro cria os Cursos Superiores de Tecnologia.* Recuperado em 20 jan. 2023 de <http://portal.mec.gov.br/>

- Ministério da Educação [MEC]. (2007). *Resolução nº 1, de 8 de junho, estabelece normas de funcionamento para cursos de especialização*. Recuperado em 15 jan. 2022 de <http://portal.mec.gov.br/>
- Ministério da Educação [MEC]. (2008). *Orientações Curriculares Nacionais para o Ensino Médio*. Recuperado em 15 jan. 2022 de <http://portal.mec.gov.br/>
- Ministério da Educação [MEC]. (2009). *Portaria Normativa Nº 7, de 22 de junho de 2009. Dispõe sobre o mestrado profissional no âmbito da Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES*. Recuperado em 5 jun. 2010 de <http://www.legislação.planalto.gov.br/>
- Nadin, O. L. (2022). Abordagem Terminológico-Discursiva: pelo resgate da Terminologia e da Terminografia no ensino e na aprendizagem de línguas para fins específicos no contexto brasileiro. *Trabalhos em Linguística Aplicada*, 60(1), 97-108. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/0103181311732711120220113>
- Paraná, Diretoria de Administração Escolar [DAE]. (2008). *Manual de orientações para preenchimento de Históricos Escolares e Diplomas*. Curitiba. Recuperado em 3 ago. 2010 <http://www.diaadia.pr.gov.br>
- Pavel, S., & Nolet, D. (2002). *Manual de Terminologia*. Recuperado de <https://linguisticadocumentaria.files.wordpress.com/2011/03/pavel-terminologia.pdf>
- Rio Grande do Sul, Ministério Público (2000). *Parecer nº. 851/2000, de 25 de outubro de 2000. Expressão de resultados da avaliação da aprendizagem e transferência escolar. Responde a consulta da Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Gravataí*. Recuperado em 28 dez. 2010 de <http://www.mp.rs.gov.br>
- Rondônia, Secretaria de Estado de Educação. *Portaria N. 0258/11-GAB/SEDUC, 28 de janeiro de 2011. Dispõe sobre grades curriculares unificadas*. Recuperado em 10 ago. 2010 de <http://www.rencacoal.com.br>
- São Paulo, Secretaria de Estado da Educação. (1981). *Resolução SE nº 31/1981, de 01 de abril de 1981. Dispõe sobre a Escrituração Escolar na rede estadual de ensino*. Recuperado em 10 ago. 2010 de <http://www.profdomingos.om.br/estadual>
- São Paulo, Secretaria de Estado da Educação. (1981). *Resolução SE 25/1981, de 10 de fevereiro de 1981. Dispõe sobre Documentos Escolares*. Recuperado em 10 jul. 2010 de <http://www.demarília.edunet.sp.gov.br>
- São Paulo, Secretaria de Estado da Educação. (2008). *Resolução SE - 70, de 31 de outubro de 2008. Estabelece normas para o atendimento à demanda escolar do Ensino Médio, para o ano de 2009, nas escolas da rede estadual e dá providências correlatas*. Recuperado em 10 ago. 2010 de <http://www.profdomingos.om.br/estadual>
- Secretaria da Educação do Estado da Bahia. (2007). *Manual do Secretário Escolar*. Salvador. . Recuperado em 5 fev. 2011 de <http://www.sec.ba.gov.br>
- Secretaria de Estado da Educação de Rondonia, Programa de Controle e Avaliação. (2008). *Guia de Orientações Básicas do Diretor e Secretário Escolares (Projeto de Inspeção Escolar)*. Porto Velho. Recuperado em 10 ago. 2010 <http://www.rencacoal.com.br>
- Slodzian, M. (1993). La V.G.T.T. (Vienna General Theory of Terminology) et la Conception Scientifique du Monde. *Le Langage et l'Homme*, 28(4), 223-232.
- Souza, P. N. P. (2001). *LDB e Educação Superior. Estrutura e funcionamento*. São Paulo, SP: Pioneira.
- Universidade do Rio de Janeiro [URJ]. (1945). *Criação da Universidade do Brasil*. Recuperado em 23 jan. 2022 de <https://ufrj.br>
- Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri. (2011). *Resolução Nº. 05 - CONSEPE, de 20 de maio de 2011. Regulamento dos cursos de Graduação*. Recuperado em 10 jul. 2021 de <http://www.ufvjm.edu.br>
- Watt. R. J. (2001). *Concordance 3.3*. Recuperado de <http://concordancesoftware.co.uk>